



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

135

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 280494-0

COMARCA: Camaragibe

APELANTE: Mosamec Serviços LTDA

APELADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA - REJEITADA - MORA COMPROVADA E NÃO PURGADA - FALTA DE OPORTUNIDADE PARA PURGAÇÃO DA MORA - ALEGAÇÃO DESCABIDA - DEVEDORA REGULARMENTE INTIMADA SOBRE OS VALORES APRESENTADOS PELO CONTADOR JUDICIAL - SENTENÇA MANTIDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

- Correta a distribuição do feito em comarca diversa daquela exposta no contrato quando demonstrado mudança no endereço do devedor.
- A lei faculta ao devedor fiduciante a purgação da mora, no prazo de 5 dias, contados da data do cumprimento da liminar, nos autos da ação de busca e apreensão, de modo que não efetivado o depósito, para pagamento, das prestações em atraso, resta precluso o direito, tornando-se imperativa a procedência do pedido de busca e apreensão.
- Recurso que se nega provimento. Sentença mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votos os presentes autos do recurso em epígrafe,
Acórdam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do

MC

10



136

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas acaso existentes, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 280494-0

COMARCA: Camaragibe

APELANTE: Mosamec Serviços LTDA

APELADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

Trata-se de Apelação Cível interposta por Mosamec Serviços LTDA, contra sentença que, nos autos da Ação de Busca e Apreensão nº 0000117-95.2010.8.17.0420, tendo como Autor Banco Bradesco S/A, julgou procedente o pedido formulado na inicial, reintegrando definitivamente o autor na posse do bem, tornando definitiva a liminar concedida.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

- A sentença foi proferida nos seguintes termos, *ipsis litteris*:

"(...)

Do exposto e considerando tudo quanto o mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, com supedâneo na regra compendiada no art. 269, II, do CPC, o pedido prefacial para reintegrar definitivamente o autor na posse do bem descrito e

MC



132

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

caracterizado na inicial, tornando definitiva a medida liminar concedida.

Condeno a parte vencida, por força do princípio da sucumbência, ao pagamento das custas processuais adiantadas pela parte autora e da verba honorária advocatícia, esta fixada em 10% sobre o valor atribuído à causa.

P.R.I.(...)”

FUNDAMENTOS DO RECURSO

Em seu Recurso de Apelação, o Apelante defende, preliminarmente, a ausência de pressuposto processual. Afirma que, por existir relação de consumo, a competência territorial seria absoluta e, por isso, o processo deveria ser improvido, já que o foro de Camaragibe é estranho à relação jurídica entre as partes.

Ainda, defende a nulidade da sentença por não ter, o juiz, oportunizado à parte a purgação da mora antes de sentenciar o processo.

No mérito, limita-se a defender a incompetência do juízo e pugna pela anulação de todos os atos e posterior remessa dos autos ao juízo competente.

CONTRARRAZÕES

Em contrarrazões de fls. 102/109 o Apelado informa que o Apelante tem sede atualmente em Camaragibe, trazendo documentos que comprovam esse novo domicílio. Ainda, afirma que a empresa não só fora constituída em mora como também teria sido

MC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

efetivada a apreensão do bem objeto do processo originário nesse endereço.

Informa, ainda, que a integralidade da dívida está expressamente informada na petição inicial, tendo passado o prazo de 5 dias da efetivação da liminar sem que a parte pagasse o valor devido.

Assim, pugna pelo improvimento da Apelação.

É o Relatório.

Recife, 10 de Setembro de 2013.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

137

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 280494-0

COMARCA: Camaragibe

APELANTE: Mosamec Serviços LTDA

APELADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO PRELIMINAR

O Apelante aduz que o ajuizamento da ação ocorreu em foro diverso tanto do eleito no contrato como do seu domicílio, pugnando, assim, pelo reconhecimento da incompetência absoluta do juízo, já que se trata de relação de consumo.

Pois bem!

Compulsando os autos, verifico que a empresa fora constituída em mora na cidade de Camaragibe, conforme documento de fls. 19/23. E mais, a apreensão do veículo fora efetivada, existindo certidão do Oficial de Justiça responsável no mesmo endereço.

Ainda, o Apelante ajuizou Exceção de Incompetência e a juíza de piso já julgou sendo improcedente, ressaltando que existem várias ações da Apelante correndo naquela serventia, sendo de conhecimento dela que desde novembro de 2009 a empresa mudou de endereço para Camaragibe.

MC



138

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Assim, como nas relações de consumo o foro competente deve ser o do domicílio do Réu e, já está mais do que comprovado, que este se encontra na cidade de Camaragibe, não há que se falar em incompetência absoluta.

Pelo exposto, rejeito a preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2013


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

139

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 280494-0

COMARCA: Camaragibe

APELANTE: Mosamec Serviços LTDA

APELADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

Trata-se, originariamente, de ação de busca e apreensão ajuizada pelo Banco Bradesco baseada no inadimplemento contratual da parte Apelante perante o contrato de Abertura de Crédito Fixo com Garantia de Alienação Fiduciária e Outras Avenças nº 0697202.

O Apelante defende a nulidade da sentença por não ter, o juiz de piso, oportunizado o pagamento da dívida antes de tornar definitiva a posse e a propriedade do bem.

Informa que o juiz de piso deferiu a purgação de mora determinando a remessa dos autos à contadoria para que realizasse os cálculos, mas que, depois, teria apenas intimado as partes para falar sobre os cálculos, não determinando o pagamento pela parte Apelante.

Relativamente ao inconformismo do Apelante com a r. sentença, que julgou procedente a ação de busca e apreensão, consolidando a posse e a propriedade do bem em mãos do Apelado, não merece prosperar, senão veja-se.

MC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

140

Ao ajuizar a ação de busca e apreensão, o banco credor comprovou a regular constituição em mora do devedor, conforme se constata pela notificação extrajudicial de fl. 23, expedida por Cartório de Títulos e Documentos, e respectiva certidão emitida pelo Oficial do Cartório, que goza de fé pública, atestando que a mesma foi entregue no endereço do destinatário (fl. 24).

Necessário ressaltar, aqui, o que preceitua a Súmula 72 do Superior Tribunal de Justiça:

"A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente".

Ainda, o art. 2º, § 2º do Decreto-Lei 911/69, por sua vez, prevê expressamente:

"A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor".

Assim, comprova-se a mora do devedor pela notificação extrajudicial expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos, que somente será considerada válida, se entregue no endereço do domicílio do devedor, ainda que não seja entregue pessoalmente a ele, ou, pelo protesto do título.

Tem-se, portanto, que a devedora foi regularmente constituída em mora.

MC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Quanto à purgação da mora, o Decreto-Lei nº 911/69 assim dispõe em seu artigo 3º, verbis:

"Art 3º O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.
§ 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. (Redação dada pela Lei 10.931, de 2004)

§ 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. (Redação dada pela Lei 10.931, de 2004)

§ 3º O devedor fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da execução da liminar. (Redação dada pela Lei 10.931, de 2004)

§ 4º A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. (Redação dada pela Lei 10.931, de 2004)

(...)."

MC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Da leitura dos §§ 2º e 4º supra, constata-se que o devedor tem o prazo de cinco dias para purgar a mora, segundo os valores apresentados pelo credor na inicial da ação e, caso considere que os valores cobrados não correspondem ao débito efetivo, poderá apresentar resposta, no prazo de quinze dias, requerendo a restituição do que entende ter sido pago a maior.

Ocorre que nada consta nos presentes autos, que comprove que o devedor tenha efetuado qualquer pagamento a título de purgação da mora. Muito embora a determinação do MM. Juiz para que o cálculo do débito fosse feito pelo Sr. Contador Judicial, quando foram apresentados os valores de fls. 64, foi fixado o prazo de dez dias para as partes se manifestarem (fl. 71) a respeito, tendo a parte ficado inerte, conforme certidão de fl. 72.

Assim, agiu certo o juiz de piso ao sentenciar o feito julgando procedente o pedido e reintegrando definitivamente a Autor, ora Apelado, na posse do bem.

Face ao exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2013


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator